

Matança >>> Governo venezuelano teria orientado indígenas a negar existência de garimpos

Investigação é questionada por representante

No final de agosto, a notícia da morte de, aproximadamente, 80 yanomami que vivem no território da Venezuela, provocada por garimpeiros brasileiros, gerou comoção nacional e internacional. Após a pressão de organizações, o governo da Venezuela (apesar da tímida resposta do governo brasileiro) realizou uma investigação para confirmar ou não a veracidade da denúncia.

Durante visita à aldeia Irotatheri, na fronteira com o Brasil e local das supostas mortes, autoridades do governo venezuelano constataram que o massacre não ocorreu. Os próprios yanomami negaram o episódio.

Luis Shatiwê, secretário-executivo da organização yanomami Horonami, que foi o porta-voz dos três supostos sobreviventes do massacre e responsável por divulgar o ocorrido, diz que as autoridades de seu

saiba mais

Invasão dizima etnia

“Vinte por cento da população yanomami morreram por causa da invasão de garimpeiros. Comunidades inteiras sumiram. Isso vai acontecer de novo se liberar o maquinário (regulamentar o minério). Há comunidade onde as pessoas não falam uma palavra em português. Como que se vai discutir projeto de mineração com essas pessoas? A opinião delas nem vai ser levada em consideração”, alertou João Catalano.

país fizeram vistoria na comunidade errada e que, na aldeia visitada, os indígenas foram orientados a negar tudo.

Shatiwê relatou que a informação sobre as mortes, estimadas em 80, foram repassadas a ele por radiofonia. O sinal veio

de uma comunidade chamada Uxixi.

Shatiwê esteve na aldeia Watoriki durante a assembleia realizada no mês passado e repetiu os relatos que fizera, com a ressalva de que a investigação oficial não passou de uma manobra do governo venezuelano.

“Há um local chamado Irotatheri, onde aconteceram mesmo as mortes. Ninguém do governo foi lá. Na aldeia que eles foram ficaram apenas um dia, fizeram apenas um sobrevoo. Eles usaram de uma estratégia: como possuem pessoas (índios) de referência na aldeia onde foram, orientaram eles a não falar nada de presença de garimpeiro. Nem lá nem em outro lugar. Por isso que os índios disseram que não havia garimpo, que não havia nada”, disse Shatiwê, em entrevista a A CRÍTICA. Shatiwê falou, em língua yanomami, traduzida por Armindo Me-



Luis Shatiwê, porta-voz de supostos sobreviventes do massacre, disse que investigação foi uma manobra do governo venezuelano

lo, também pertencente à etnia e morador da aldeia Maturacá, no Brasil.

Luis Shatiwê fez a sua própria apuração após a visita das autoridades e disse ter conversado com as pessoas abordadas.

Ele conta que tem um novo ofício, relatando a veracidade do ataque, que ainda não teve oportunidade de apresentá-lo. “O yanomami que estava comigo disse que na comunidade visitada pelo governo da Vene-

zuela o Ministério Indígena chegou primeiro. Ou seja, o governo foi muito esperto em se articular. Por isso saiu na mídia que visitaram a aldeia. Mas, na verdade, eles só sobrevoaram”, afirmou.

Grupo caminha cinco dias para ir à assembleia

Entre os 700 indígenas yanomami vindos de diferentes comunidades para a assembleia da Hutukara, muitos se deslocaram por terra, em jornadas de vários dias. Um deles foi um grupo proveniente da aldeia Porateri. Trinta e dois indígenas caminharam cinco dias pela floresta fechada para denunciar a presença de garimpeiros em suas terras. Conhecedor da mata, o grupo sabia onde se alojar e escapar de ataques de onça-cobra.

“A gente gastava 12 horas de caminhada. Quando nossa perna cansava, parava para descansar na tapera. Dormia três horas e depois começava”, contou Kasua Adnaldo Yanomami, 25, morador da comunidade

Porateri, na região do rio Catrimani, em das áreas com maior concentração de garimpeiros da terra yanomami.

O esforço do grupo tem um motivo grave. Segundo Kasua, a presença de garimpeiros aumentou e tem provocado conflitos com os indígenas. Um dos episódios recentes aconteceu em agosto, quando dois garimpeiros chegaram na região conhecida como Missão Catrimani, próximo de sua comunidade. Sua presença provocou tensão entre os índios.

“Há 20 anos que tem garimpeiro na nossa terra, mas parece que agora chegou mais. Temos medo de pegar malária, gripe. A gente já tem



Índios da aldeia Porateri enfrentaram longa jornada pela mata para denunciar presença de garimpeiros em suas terras

muito sofrimento por lá”, disse.

O professor Hutí Valdomiro Yanomami, 28, que ministra aulas em sua comunidade, disse que os garimpeiros estão entrando pela região do rio Araparis e tem sido comum ouvir ruído de avião. “Não sei se eles fizeram novas pistas. Viemos pedir apoio da Funai para que ela investigue o que está acontecendo. Queria que a Funai se mexesse e fizesse o trabalho dela”, disse Hutí.

Conforme Hutí, os garimpos ilegais prejudicam a caçada dos indígenas, contaminam o rio e acumulam lixo. “Isso só traz perigo para a gente. Nosso povo fica doente, criança fica com barriga estragada”, relatou.

Regulamentação >>> Congresso decide por exploração de minério, diz deputado

‘Brasil não pode abrir mão dessa riqueza’

Os índios podem ser consultados, mas quem vai decidir é o Congresso Nacional. O aviso é do deputado Édio Lopes (PMDB-RR), sinalizando, ainda, que o item 3 das 19 condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando decidiu pela homologação da Raposa Serra do Sol (RR), será considerado nas discussões.

“Se pegar essa condicionante vamos ver que não depende de consulta da comunidade indígena. Sou a favor que cumpramos essa decisão. As terras não são dos índios, são da União. O Brasil não pode abrir mão dessa imensa riqueza”, disse o deputado federal a A CRÍTICA.

O item citado por Lopes diz que “o usufruto dos índios não abrange a pesquisa e lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional assegurando-lhes a participação nos resultados da lavra, na forma da Lei”. As condicionantes, contudo, são questionadas por organizações indígenas e indigenistas e sequer são explicadas, objetivamente, por ministros do STF.

No mês passado, a Advocacia Geral da União (AGU) suspen-



Segundo o deputado Édio Lopes, as terras não são dos índios, são da União: ‘Não queremos confronto com ninguém’

deu a portaria 303, que estabelecia normas nas terras indígenas. A portaria foi duramente criticada e a repercussão nega-

tiva levou a AGU a adiar a sua aplicabilidade até que a votação do acordo das condicionantes da TI Raposa Serra do Sol seja

votada no STF.

Para elaborar o parecer de seu substitutivo, Lopes visitou o Canadá e a Austrália, países on-

de há registro de mineração em terras indígenas. Ele afirma ter aproveitado “muita coisa dos modelos desses países” no que se refere à repartição da receita arrecadada com a comunidade indígena.

No caso dos yanomami, ele contou que não há perspectiva de mineração “a médio e curto prazos”. “O meu projeto não permitiria, a médio prazo, a exploração na terra deles. Os yanomami estão em estágio primário e com pouca interação com a comunidade branca. Só se fosse um minério estratégico para a segurança nacional”, comentou.

O relator do PL disse que o parecer do substitutivo não é definitivo e espera “colher sugestões”. “Quem sabe posso modificar algum conceito e apresentá-lo de forma diferente? Na semana passada tive audiência com o Ministério da Justiça, a Funai e o Palácio do Governo. A Funai ficou de apresentar, até o final deste mês, um cronograma de consulta aos índios. Mesmo que isso não tenha um caráter vinculante, é importante para o balizamento de subsídios. Não queremos confronto nem com a Funai nem com ninguém”, disse.

Maioria é contrária à mineração

Armindo Góes Melo, uma das lideranças mais reconhecidas entre os yanomami e morador de Maturacá, área localizada no Alto Rio Negro, no Amazonas, negou que os indígenas da região onde mora sejam a favor da regulamentação da mineração. Mas admitiu que “uma família yanomami” está interessada na extração de ouro e que ela “atua” junto com garimpeiros brancos.

“Na audiência realizada em São Gabriel da Cachoeira que o deputado Édio Lopes se refere, apenas uma pessoa se manifestou a favor. Mas a Ayrca (Associação Yanomami do rio Cauaburis e Afluentes) já se posicionou contra. A regulamentação não vai trazer nenhum benefício para a gente”, disse.

O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), Abraão França, confirmou que houve uma “discussão” sobre mineração em terra indígena em junho passado, mas que ela foi “tumultuada e pouco esclarecedora”.